



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Tecnologia da Informação

Portais Eletrônicos Governamentais da APE e APM

PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

| Critérios | Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. | | | |
|------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|
| | Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação. | | | |
| | Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. | | | |
| | Decreto nº 7.185, de 27 de maio de 2010. | | | |
| | Decreto Municipal nº 1.882, de 31 de agosto de 2012. | | | |
| Pontos Relativos à Publicidade/Acesso à Informação | | | | |
| Fundamentação | PA nº | Item a verificar | SIM | NÃO |
| Art. 6º, Inciso I, Art. 8º, §2º, Art. 8º, §4º (Lei nº 12.527/2011) | 01 | Está sendo assegurado amplo acesso a informação e a sua divulgação (gestão transparente da informação)? | | |
| | | a) O órgão disponibiliza portal da transparência em seu sítio eletrônico principal? (Municípios com até 10.000 habitantes devem atender obrigatoriamente apenas o disposto nos Incisos II e III do 48 e art. 48-A da LC 101/2000) | | |
| | | b) As informações são divulgadas de forma ampla e de fácil acesso? | | |
| Art. 7º, Inciso VII, letra b) (Lei nº 12.527/2011) | 02 | Está sendo garantido o acesso aos resultados de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo as prestações de contas relativas a exercícios anteriores? | | |
| Art. 8º, § 1º, Inciso I (Lei nº 12.527/2011) | 03 | Está sendo divulgado o registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público? | | |
| Art. 8º, § 1º, Inciso II (Lei nº 12.527/2011) | 04 | Estão sendo divulgados os registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros: | | |
| | | a) com o número do ato, bem como a espécie (convênio, ajuste, acordo, parceria, consórcio ou ato congênere)? | | |
| | | b) com os dados dos órgãos envolvidos (concedente, beneficiário e interveniente)? | | |
| | | c) com as informações pertinentes ao objeto (nota de empenho, dotação orçamentária, valor global, contrapartida)? | | |
| | | d) número do ato aditivo, bem como data e objetos adquiridos ou serviços realizados? | | |
| e) nº do ofício da prestação de contas, bem como datas de expedição e recebimento? | | | | |
| Art. 8º, § 1º, Inciso III (Lei nº 12.527/2011) | 05 | Estão sendo divulgados os registros das despesas: | | |
| | | a) com os dados da Unidade Gestora? | | |
| | | b) com os dados de datas, valores empenhados, valores liquidados e valores pagos? | | |
| | | c) com o número ou referência dos processos a que se referem as despesas? | | |
| | | d) com a classificação orçamentária? | | |
| | | e) com a identificação dos beneficiários das despesas? | | |
| | | f) referências de origens das despesas (procedimentos licitatórios, pessoais, financeiras, despesas fiscais, etc.)? | | |
| g) descrição dos bens ou serviços a que se referem as despesas? | | | | |



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Tecnologia da Informação

| Fundamentação | PA nº | Item a verificar | SIM | NÃO |
|--------------------------------------------------------------------|--------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|------------|
| Art. 8º, § 1º, Inciso IV (Lei nº 12.527/2011) | 06 | Estão sendo divulgadas as informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados? | | |
| Art. 8º, § 1º, Inciso V (Lei nº 12.527/2011) | 07 | Estão sendo divulgados os dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades? | | |
| Art. 8º, § 1º, Inciso VI (Lei nº 12.527/2011) | 08 | Estão sendo divulgadas as respostas a perguntas mais frequentes da sociedade? | | |
| Art. 9º, Inciso I e II (Lei nº 12.527/2011) | 09 | I. O acesso à informação pública está sendo assegurado mediante a criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para: | | |
| | | a) atender e orientar o público quanto ao acesso às informações? | | |
| | | b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades? | | |
| | | 10 | c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso às informações? | |
| Art. 6º, Inciso VII (Dec. Mun. nº 1.882/2012) | 11 | II. O acesso à informação pública está sendo assegurado mediante a realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação? | | |
| | | É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas: | | |
| Pontos Relativos aos Procedimentos para Acesso à Informação | | | | |
| Art. 7º, Inciso I (Lei nº 12.527/2011) | 12 | A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, postos, graduações, funções ou empregos públicos, identificados por meio da matrícula funcional de cada servidor público municipal, incluída a divulgação de todas as vantagens pecuniárias eventualmente percebidas. | | |
| Art. 10º, § 1º, 2º e 3º (Lei nº 12.527/2011) | 13 | Está sendo garantido o direito de obter orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida à informação almejada? | | |
| | | (§ 1º). Está sendo exigido, para o acesso de informações de interesse público, exigências para a identificação do requerente que inviabilizam a solicitação? (o que é vedado). | | |
| | | (§ 2º). O órgão está viabilizando alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na internet? | | |
| | | (§ 3º). Estão sendo feitas exigências concernentes aos motivos determinantes para o acesso à informação de interesse público? (o que é vedado). | | |
| Art. 11º, § 1º, Incisos I, II e III (Lei nº 12.527/2011) | 14 | As informações que não podem ser concedidas imediatamente estão sendo disponibilizadas no prazo máximo de 20 dias (ou dentro da prorrogação de até 10 dias, no máximo, devendo estar cientificado o requerente)? | | |



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Tecnologia da Informação

| Fundamentação | PA nº | Item a verificar | SIM | NÃO |
|----------------------------------------------------------------|--------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|
| Art. 11º, § 1º, Incisos I, II e III (Lei nº 12.527/2011) | 15 | Para informações que não podem ser concedidas imediatamente, o órgão está adotando, alternativamente, qualquer das seguintes providências: | | |
| | | I. comunicando a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão; | | |
| | | II. indicando as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido? | | |
| | | III. comunicando que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação? | | |
| Art. 11º, § 4º (Lei nº 12.527/2011) | 16 | Em caso de não ser autorizada a divulgação de informação sigilosa (total ou parcialmente), o requerente está sendo informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação? | | |
| Art. 11º, § 6º, (Lei nº 12.527/2011) | 17 | Em se tratando de informações solicitadas já disponíveis ao público em formato impresso, eletrônico ou qualquer outro meio de acesso universal, o requerente está sendo informado por escrito acerca do lugar e forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, procedimento esse que desonerará o órgão ou entidade pública da obrigação de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais procedimentos? | | |
| Pontos Relativos à Usabilidade do Portal Eletrônico | | | | |
| Art. 8º, § 3º Incisos I a VIII (Lei nº 12.527/2011) | 18 | I. Os sítios oficiais de divulgação das informações contêm ferramentas de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão? | | |
| | | a) Possui filtros de pesquisa que contemplem ao menos 03 formas de classificação da despesa pública? | | |
| | | b) Permite pesquisar uma determinada despesa pela descrição? | | |
| | | c) Permite a pesquisa por fornecedor de produtos e serviços? | | |
| | | d) Permite a pesquisa por diversas periodicidades? (mensal, trimestral, semestral e anual)? | | |
| | | e) Há informações sobre os preços unitários dos produtos ou serviços adquiridos? | | |
| | | f) Permite o download dos dados em arquivo texto ou planilha eletrônica? | | |
| | 19 | g) É possível saber quanto um órgão pagou por determinado produto ou serviço em um determinado semestre do exercício financeiro? (Ex: Quanto o órgão pagou em telefonia fixa no primeiro semestre do exercício?) | | |



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Tecnologia da Informação

| Fundamentação | PA nº | Item a verificar | SIM | NÃO |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|
| | 20 | II. possibilitam a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações? | | |
| | 21 | III. possibilitam o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina? | | |
| | 22 | IV. divulgam em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação? | | |
| | 23 | V. garantem a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso? | | |
| | 24 | VI. mantem atualizadas as informações disponíveis para acesso? | | |
| | 25 | VII. indicam o local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio? | | |
| | 26 | VIII. adotam as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, nos termos do art. 17 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e do art. 9o da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo no 186, de 9 de julho de 2008? | | |
| Pontos Relativos à Segurança da Informação | | | | |
| Art. 6º, Inciso II (Lei nº 12.527/2011) Inciso III, Art 4º (Decreto 7.185/2010) | 27 | Está sendo assegurada a proteção das informações, garantindo-se a sua disponibilidade, autenticidade e integridade? | | |
| | | a) O órgão possui Política de Segurança da Informação visando à garantia dos princípios da segurança da informação e de seus aspectos fundamentais (disponibilidade, autenticidade e integridade)? | | |
| | | b) Existem mecanismos de contingenciamento que garantam a disponibilidade e acesso ao portal da transparência (<i>links</i> de internet contingenciados, site backup)? | | |
| | | c) Existem procedimentos periódicos de cópias de segurança das bases de dados e dos sistemas que produzem e mantêm as informações do portal da transparência, de forma a garantir a sua recuperação em casos de incidentes de segurança? | | |
| | | d) Os sistemas que produzem e mantêm as informações no portal da transparência adotam mecanismos de autenticação de usuários (<i>login</i> e senha) e mecanismos de controle de senhas? | | |
| | | e) Os sistemas que produzem e mantêm as informações no portal da transparência adotam mecanismos de controle de acesso de usuários com base na segregação das funções de execução orçamentária e financeira, de controle e consulta? | | |
| | | f) As operações de inclusão, exclusão ou alteração dos dados efetuados pelos usuários em sistemas que produzem e mantêm as informações no portal da transparência são registradas? Os registros (<i>logs</i>) contém no mínimo: código do usuário, operação realizada, data e hora da operação? | | |



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Tecnologia da Informação

| | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------|----|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|--|
| Art. 7º, Inciso IV (Lei nº 12.527/2011) | 28 | Está sendo garantido o acesso à informação primária, íntegra, autêntica e atualizada? | | |
| | | a) As informações disponibilizadas no portal da transparência são digitais em sua origem? | | |
| | | b) As informações disponibilizadas no portal da transparência são originadas a partir de dados contidos em registros de documentos físicos? | | |
| | | c) As informações disponibilizadas refletem com exatidão a sua fonte original? | | |
| | | d) As informações disponibilizadas são atualizadas? | | |
| Pontos Relativos à Qualidade do Sistema Integrado de Adm. Financeira e Controle | | | | |
| Art 2º (Decreto 7.185/2010) | 29 | O sistema integrado de Adm. Financeira e Controle utilizado no âmbito de cada ente da federação deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das UGs, referentes à receita e à despesa, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade. | | |
| | | I – Sistema Integrado: Soluções de T.I, em todo ou em parte, funcionando em conjunto, devem suportar a execução orçamentária, financeira e contábil do ente da Federação, bem como a geração dos relatórios e demonstrativos previstos na legislação. | | |
| | | II – Liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente a data do registro contábil no respectivo sistema integrado, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento. | | |
| | | III – Meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso. | | |
| Art 48 (LC nº 101/2000) | 30 | São instrumentos de transparência da gestão fiscal que devem ter ampla divulgação, inclusive por meios eletrônicos de acesso público: | | |
| | | a) Os planos. | | |
| | | b) Os orçamentos. | | |
| | | c) leis de diretrizes orçamentárias. | | |
| | | d) As prestações de contas e o respectivo parecer prévio. | | |
| | | e) O relatório resumido da Execução Orçamentária. | | |
| | | f) O relatório de Gestão Fiscal. | | |
| Art 7º (Dec. nº 7.185/2010) | 31 | O sistema integrado de administração financeira e controle deve gerar e disponibilizar em meio eletrônico de amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira. | | |
| | | I – Quanto à despesa: | | |
| | | a) O valor do empenho, liquidação e pagamento; | | |
| | | b) O número do correspondente processo da execução, quando for o caso; | | |
| | | c) A classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiam o gasto; | | |



Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Secretaria Geral de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Tecnologia da Informação

| Fundamentação | PA nº | Item a verificar | SIM | NÃO |
|--------------------------------|---------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|
| Art 7º (Dec. nº 7.185/2010) | 31 (cont.) | d) A pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários; | | |
| | | e) O procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e, | | |
| | | f) O bem fornecido ou serviço prestado. | | |
| | | II – Quanto à receita: | | |
| | | a) Previsão; | | |
| | | b) lançamento, quando for o caso, e | | |
| | | c) Arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários. | | |

CRITÉRIOS:

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 131, DE 27 DE MAIO DE 2009

Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

DECRETO Nº 7.185, DE 27 DE MAIO DE 2010

Dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle, no âmbito de cada ente da Federação, nos termos do art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.

LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.882, DE 31 DE AGOSTO DE 2012

INSTITUI, no âmbito do Município de Manaus, o Serviço de Acesso à Informação – SAI, e disciplina os procedimentos a serem observados pelos órgãos e entidades que integram o Poder Executivo destinados a garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 c/c a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.